



A atualidade da concepção de sociedade civil

Isaura Gomes de Carvalho Aquino¹

O livro de Jorge Luis Acanda,² *Sociedade Civil e Hegemonia*, editado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2006, expressa as reflexões mais fecundas de um dos mais importantes intelectuais cubanos, que culminou no prêmio anual da Academia de Ciência de Cuba, concedido à melhor investigação na área de Ciências Sociais em 2003.

Essa obra revela a erudição do autor, que apreende historicamente o significado do termo sociedade civil à luz da modernidade, constituída politicamente a partir das grandes revoluções burguesas e, economicamente, com o advento do capitalismo. Ultrapassa a perspectiva weberiana de racionalização e de desencantamento do mundo e se fundamenta em Marx para caracterizar a sociedade burguesa, que imprimiu “a redução de todos os produtos e de todas as atividades a valores de troca” (ACANDA, 2006, p. 55). Já em sua obra, *¿Qué significa ser progressista em materia de pensamiento?* (2002), Acanda, ao analisar a relação entre pensamento e progresso, refuta a possibilidade de uma leitura pós-moderna da realidade, “aprisionada em um sistema do presente temporal em que parecem estar excluídas as categorias de transformação”... e compreende que o pensamento “é uma forma de atividade espiritual que implica a produção de conhecimentos ideais mediante os quais os homens tentam explicar sua realidade e a si mesmos”, através do pensamento lógico, que busca superar o fenomênico em busca da essência.

O rigor analítico e metodológico do autor cubano, construído em sua trajetória intelectual, evidencia a concepção de sociedade civil a partir de Gramsci, mas não se limita a discutir o pensamento do revolucionário sardo. Para tanto, resgata a gênese do termo sociedade civil no liberalismo, na filosofia hegeliana, em Marx, até alcançar Gramsci e a abordagem contemporânea de tal concepção. Essa leitura consegue ser panorâmica, sem ser superficial, isso porque não se trata de análise filológica, mas histórica, indicando o percurso traçado por Gramsci.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ, participante do Centro Estudos Octávio Ianni (UERJ), integrante do grupo de pesquisa *Políticas Públicas, Trabalho e Mercado de Trabalho em Juiz de Fora*, da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

² Jorge Luis Acanda é licenciado em História, Doutor em Ciências Filosóficas na Universidade de Leipzig, Alemanha (1988) e professor titular do Departamento de Filosofia da Universidad de La Habana.

Tal percurso é demonstrado desde o liberalismo, que procurou direcionar a concepção de sociedade civil em um espaço que pudesse ser submetido à síntese das contradições da modernidade, já que a relação contratual entre os indivíduos é desigual, e “nem todos os indivíduos que contratam têm liberdade para escolher os termos dessa relação” e “a concepção liberal dos direitos do indivíduo implica a negação dos direitos da maioria dos indivíduos” (ACANDA, 2006, pp. 85 e 87). Tal concepção é especulativa e, em decorrência, insustentável. Hegel reconhece as contradições existentes na sociedade civil e pensou em ultrapassá-las subordinando a sociedade civil à eticidade do Estado. Marx critica a concepção neutra do Estado liberal e a concepção hegeliana, afirmando que o problema do Estado burguês não é o universalismo em si, mas a total limitação do universalismo diante das contradições da “sociedade civil burguesa”.

Nesse ponto, Acanda explicita a concepção marxiana de “sociedade civil burguesa”, principalmente a partir da crítica que Marx realiza ao Estado político moderno, quando este afirma que “a emancipação política não conduz à emancipação humana, pois dá lugar à existência de um Estado no qual a alienação social do ser humano é elevada a princípio universal” (ACANDA, 2006, pp.148). Este é o princípio que levará Marx a passar da crítica da política e do Estado para a crítica da economia política. O ponto de partida de Marx não é o início, mas a síntese de determinações que constituem a sociedade burguesa, na qual o Estado não é apreendido como *coisa*, e sim como relação social. Demonstra como o uso abusivo da arquitetura economicista dos intérpretes de Marx aponta para a dicotomia entre base e superestrutura e instiga o leitor com alguns questionamentos tais como: “a pergunta que deve ser feita não é a de como a base econômica determina a superestrutura, e sim qual o elemento específico das relações sociais capitalistas que engendra determinada cristalização das relações sociais numa forma de Estado” (ACANDA, 2006, p. 155). Consegue retirar da hercúlea obra de Marx a preocupação que este tem com a tradição, a educação e os costumes que fazem os trabalhadores suportarem as exigências e necessidades da produção capitalista. Menciona como Marx vislumbrou “a formação de ‘corpos ideológicos’ com os quais o Estado moderno garante a dominação sobre os produtores” (ACANDA, 2006, p. 156). Entende que para Marx o fim do Estado burguês deve propiciar a progressiva supressão do Estado, e não a construção de um outro Estado. Pensar a transposição do poder do Estado para uma sociedade livre da dominação e da alienação para uma relação entre os membros da sociedade civil coube a Gramsci.

A concepção de sociedade civil, fundamentada em Gramsci, aponta para reflexões que imbricam sociedade civil com outras concepções, e Acanda analisa como Gramsci diferentemente, e a partir de Marx, apresenta uma concepção nova: a de hegemonia. O salto de Gramsci na análise foi reconhecido por Carlos Nelson Coutinho em *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político* (1989, pp.122 e 123), que afirma ao apontar que “... o conceito de ‘sociedade civil’ é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do Estado”, ou ainda, “Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas ‘apenas’ as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico.

Acanda demonstra que a sociedade civil não é uma arena política neutra, mas prenhe de lutas de classes, na qual os vários grupos sociais lutam pela hegemonia, ou seja, a busca do consenso diante de projetos societários diferenciados e/ou distintos. A sociedade civil – aparelhos privados de hegemonia – e o Estado – aparelhos coercitivos de governo – configuram uma unidade na diversidade. Mesmo sendo concebidas como esferas distintas, sociedade civil e sociedade política conformam dialeticamente o Estado em sua totalidade, sendo que as concepções gramscianas oferecem um ponto de partida diferente dos anteriormente tratados e favorecem a análise da reestruturação das relações sociais contemporâneas num atual quadro de crise.

Sobre a concepção de sociedade civil na contemporaneidade, Acanda discute sobre as ideologias da modernidade clássica, que consideram o Estado ou o mercado as duas instituições homogeneizadoras e totalizantes da organização da vida social; e entende que o neoliberalismo aponta para um modelo de mercado calçado em um projeto moral e cultural caracterizado pelo esvaziamento do espaço público e da privatização da vida. A experiência do socialismo real centrou esforços unicamente no âmbito do Estado, e esse socialismo, evidentemente, não conseguiu adequar os componentes essenciais de qualquer projeto revolucionário, quais sejam, parti-cipação, eficiência, autonomia e equidade. A história comprovou, também, as insu-ficiências do liberalismo de se apresentar como uma alternativa viável aos des-dobramentos da modernidade e do processo de globalização.

Esta é a fecundidade da análise de Acanda: ela conduz o leitor a refletir acerca da necessidade de criar e difundir uma nova concepção de mundo, pois as massas devem ser emancipadas de sua cultura e serem apresentadas a uma nova visão de mundo, crítica, totalizadora e coerente, porque a dominação não se refere apenas ao político e ao econômico, mas também ao cultural. A cultura popular não é um ponto de chegada, mas um ponto de partida. É preciso descobrir no interior da própria cultura popular a presença de relações hegemônicas de dominação. A concepção de hegemonia não possui um mero efeito ideológico de ocultação ou engano em relação à verdade. Refere-se, pois, à forma como o poder exercido possui êxito, ou seja, depende do consenso dos que estão embaixo. A cultura sempre foi funcional aos interesses de classes e a classe dominante é hegemônica porque possui o controle da produção cultural. É nessa perspectiva que Acanda compreende Gramsci e entende a prioridade em ultrapassar o “senso comum” – consciência cotidiana, concepção de mundo popular, filosofia espontânea e imposta – para o “bom senso” – pensamento crítico e contra-hegemônico no bojo do “senso comum”. Para Acanda “é esse o núcleo sadio, no qual os intelectuais orgânicos da revolução devem se apoiar e que pode proporcionar uma base real para a nova hegemonia”. (2006, p. 207)

O autor de *Sociedade Civil e hegemonia* conclui seus estudos provocando aqueles que seguem a trilha do “fim da história”, esclarecendo que a revolução é inerente à sociedade burguesa. Desse modo, para o grupo que dirige a revolução é imprescindível prover as massas populares com uma “técnica de pensar”. Essa tarefa difícil e viável deverá ser capaz de mostrar que é possível inovar e tornar crítica uma atividade já existente.

Finalizando, o livro apresenta como apêndice os debates políticos e ideológicos que se travam, em Cuba, acerca da concepção de sociedade civil, principalmente depois do fim do “socialismo real”, apontando as possibilidades de luta pela democratização do socialismo cubano a partir da correta apreensão da concepção de sociedade civil.

BIBLIOGRAFIA

- ACANDA, J. *Sociedade Civil e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.
- _____. “¿Qué significa ser progresista en materia de pensamiento?”. In: Manuel Cruz (compilador), *Hacia dónde va el pasado*. Barcelona: Paidós, 2002.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.